

## ÁGUA NO TERRITÓRIO KAIMBÉ: UM ESTUDO DE ASPECTOS FÍSICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS

Clelia Neri Côrtes<sup>1</sup>  
Elba Brito do Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** *Este texto tem por objetivo abordar os aspectos físicos e sócio-históricos sobre a água entre os índios Kaimbé, no contexto das relações socioculturais e ambientais, antes e após a demarcação e ocupação específica de seu território. Integrando um projeto de investigação mais amplo: “Estudo para o planejamento integrado do uso e conservação dos recursos hídricos da Bacia do Rio Itapicuru - Bahia”, desenvolvido pela UCSal e UFBA, a pesquisa visa conhecer os saberes, as práticas, as formas de participação, assim como os diálogos estabelecidos entre as famílias, organizações locais e órgãos governamentais como subsídios para formulação e controle social de políticas públicas. No desenvolvimento do texto, as análises apresentadas são resultantes do início das interpretações dialógicas das informações geradas no processo da pesquisa. Estas interpretações vêm se dando em um processo de pesquisa construído e apresentado, sistematicamente em parceria com o povo Kaimbé, a equipe de professores e estudantes da UCSal, técnicos da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA e Fundação Nacional do Índio- FUNAI.*

Palavras chave: Água; Território; História.

### INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado está inserido em um projeto mais amplo: “Estudo para o planejamento integrado do uso e conservação dos recursos hídricos da Bacia do Rio Itapicuru - Bahia<sup>3</sup>”, desenvolvido pela UCSal e UFBA, que visa subsidiar a elaboração de um programa de gestão participativa. É neste sentido que vem sendo desenvolvida a pesquisa-ação-formativa de base etnográfica no Território Indígena Kaimbé, município de Euclides da Cunha, localizado na parte média da Bacia do Itapicuru, um dos 45 municípios desta bacia hidrográfica. A Bacia do Itapicuru, no estado da Bahia, é uma das 24 bacias hidrográficas situadas na região Nordeste e, como algumas delas, passa por vulnerabilidade diante de vários fatores, e entre estes a instabilidade climática, sobretudo nos períodos de seca.

No perímetro de abrangência desta Bacia habitam populações indígenas, quilombolas e outros grupos humanos que convivem, historicamente, com aspectos físico-climáticos da seca, agravados por um contexto agrário, sociocultural e político de exclusão, dominação e concentração fundiária.

Neste contexto, o estudo das problemáticas socioambientais exige articulação de informações sobre o meio físico, as relações socioculturais e políticas, interpretadas de forma dialógica. As definições teórico-metodológicas de natureza pedagógica, histórica, sócio-antropológica e ambientais que orientam o planejamento e as atividades das diversas fases da pesquisa buscam conhecer os saberes, as práticas, as formas de participação, assim como os diálogos estabelecidos entre as famílias, organizações locais e órgãos governamentais responsáveis pela implementação das políticas públicas. Neste sentido, a pesquisa junto com um

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela FAGED/ UFBA e Professora da UCSal, e-mail: clelianc@ucsal.br

<sup>2</sup> Graduanda do curso de História da UCSal. Bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

<sup>3</sup> Um projeto do PRODETAB-055/ 01 – EMBRAPA, empresa financiadora do projeto.

grupo indígena específico no semi-árido baiano, busca tratar da problemática da água que afeta a vida e sustentabilidade entre eles.

Nesta perspectiva, uma equipe de estudantes e professores da UCSal e do povo Kaimbé vem participando de estudos dos referenciais teóricos e de documentos legais, do planejamento e das definições das técnicas e instrumentos de pesquisa: roteiros de entrevistas e questionários; observação e elaboração de relatório de campo; aplicação domiciliar de questionários e entrevistas coletivas, assim como da organização e execução de oficinas e outros eventos no Território Indígena Kaimbé.

O trânsito entre o embasamento teórico e as práticas da pesquisa-ação-formativa motivou nos pesquisadores um olhar diferenciado e singular, despertando-os de forma mais significativa a relacionar questões abordadas com os conteúdos tratados nos cursos de suas áreas de graduação às experiências sócio-históricas vividas pelos Kaimbé. Este é o caso de uma das autoras deste artigo, estudante do curso de história da UCSal, ao participar desta produção textual, no âmbito da pesquisa.

A implicação do estudo específico com a pesquisa mais ampla tem possibilitado o diálogo entre as diversas categorias onde as questões da água se entrelaçam com as histórias dos sujeitos, do território e das políticas governamentais, formando assim um leque de informações que pode contribuir para um melhor entendimento das relações econômicas e socioculturais. O processo da pesquisa, ainda em desenvolvimento, leva-nos à compreensão de que apesar da modificação de muitas das formas de relação do ser humano e a natureza, ao longo da história das relações interétnicas vividas pelos Kaimbé, algumas de suas simbologias, resignificadas historicamente, podem ser observadas na vida cotidiana.

A partir da história oral, e, mais especificamente, da história de vida dos participantes da pesquisa-ação-formativa no território Kaimbé, pode-se observar que nos depoimentos durante as entrevistas coletivas ou em momentos de diálogos informais, nos terreiros ou casas de cada família, foi se aprofundando o conhecimento da rede de significados sobre a água para a comunidade e a compreensão de como as questões socioculturais interferem nas relações socioambientais. MEHY (2003) afirma que no relato da história de vida as experiências vivenciadas por um sujeito individual, os fatos narrados, bem como os instantes e momentos são cruciais e constitutivos do fluxo de emoções, sentimentos e lembranças atualizadas entre o si mesmo e o tecido das relações sociais vividas.

Os significados e a história da água entre os Kaimbé também estão relacionados com o processo da efetivação do direito à demarcação de seu território, após conflitos com não-índios que ocupavam a terra e degradaram seus recursos ambientais e hídricos. Desta forma, a situação atual das lagoas, rios e barreiros, observados, fotografados e georeferenciados pela pesquisa, está associada às relações socioculturais e ambientais. Neste contexto, a água para os Kaimbé não é apenas um recurso hídrico, mas um bem simbólico.

## **O TERRITÓRIO KAIMBÉ: ASPECTOS FÍSICOS, CLIMÁTICOS E SOCIOAMBIENTAIS**

O Território Kaimbé, no município de Euclides da Cunha, está localizado no semi-árido baiano, que abrange cerca de 64% dos 600.000 km<sup>2</sup> do estado, na parte média da Bacia do Itapicuru. Esta região é caracterizada por um regime irregular de chuvas, agravado pela baixa permeabilidade dos solos cristalinos, provocando enchentes no período chuvoso, de maio a julho, e longos períodos de estiagem com escassez de chuva, de agosto a abril.

No semi-árido, como consequência da situação climática associada a processos degradantes de ocupação desta região, muitos rios ficam secos durante todo o ano ou com baixo nível de água em seu leito. O escoamento superficial é caracterizado por uma descarga média

específica da ordem de 4 l/s/km<sup>2</sup>. (CRUZ, COIMBRA e FREITAS, 1999). Os resultados preliminares do estudo aqui apresentado reafirmam o que alguns teóricos já haviam pontuado, ou seja que: “[a] instabilidade climática aliada às condições físicas da região semi-árida, em conjunto com a inércia ou inoperância histórica do poder público tem contribuído significativamente para a situação que se encontram os habitantes desta região”. (Côrtes, Tarqui, Queiroz, 2005).

O Território indígena Kaimbé, distante 35 km de Euclides da Cunha, interligados por uma estrada de barro, tem acesso a Salvador, capital do estado, através da rodovia BR 116. Entre seus limites territoriais se verifica uma formação geológica composta de tabuleiros e serras denominadas pelos Kaimbé como Serra do Soares, Toca da Arara, Tocão, Saco da Onça, e outras.

Vivendo, especialmente, nos vales do território, a população Kaimbé se distribui nas localidades de Massacará, onde reside o maior número de habitantes, do Icó da Várzea, da Baixa da Ovelha, da Lagoa Seca e, de forma mais dispersa, nas localidades da Ilha, do Icó Outra Banda e do Icó Saco das Covas. Na Bahia, os Kaimbé têm uma população de aproximadamente 800 habitantes, que faz parte de um total de 15.217<sup>4</sup> índios pertencentes a 11 etnias que vivem na região norte, no oeste, sul e extremo-sul do estado.

Nas distintas localidades no território Kaimbé observa-se que a vegetação não é homogênea e, segundo registro do Centro de Estatística e Informações (BA), os municípios baianos na bacia do Itapicuru situam-se em área de contato Cerrado-Caatinga. (SEI, p.34). Em seus estudos, Souza (1996) descreve que há uma predominância de vegetação xerófila. Os Kaimbé consideram necessário reavaliar a vegetação local, e neste sentido, no âmbito da pesquisa, vem se realizando um mapeamento mais detalhado.

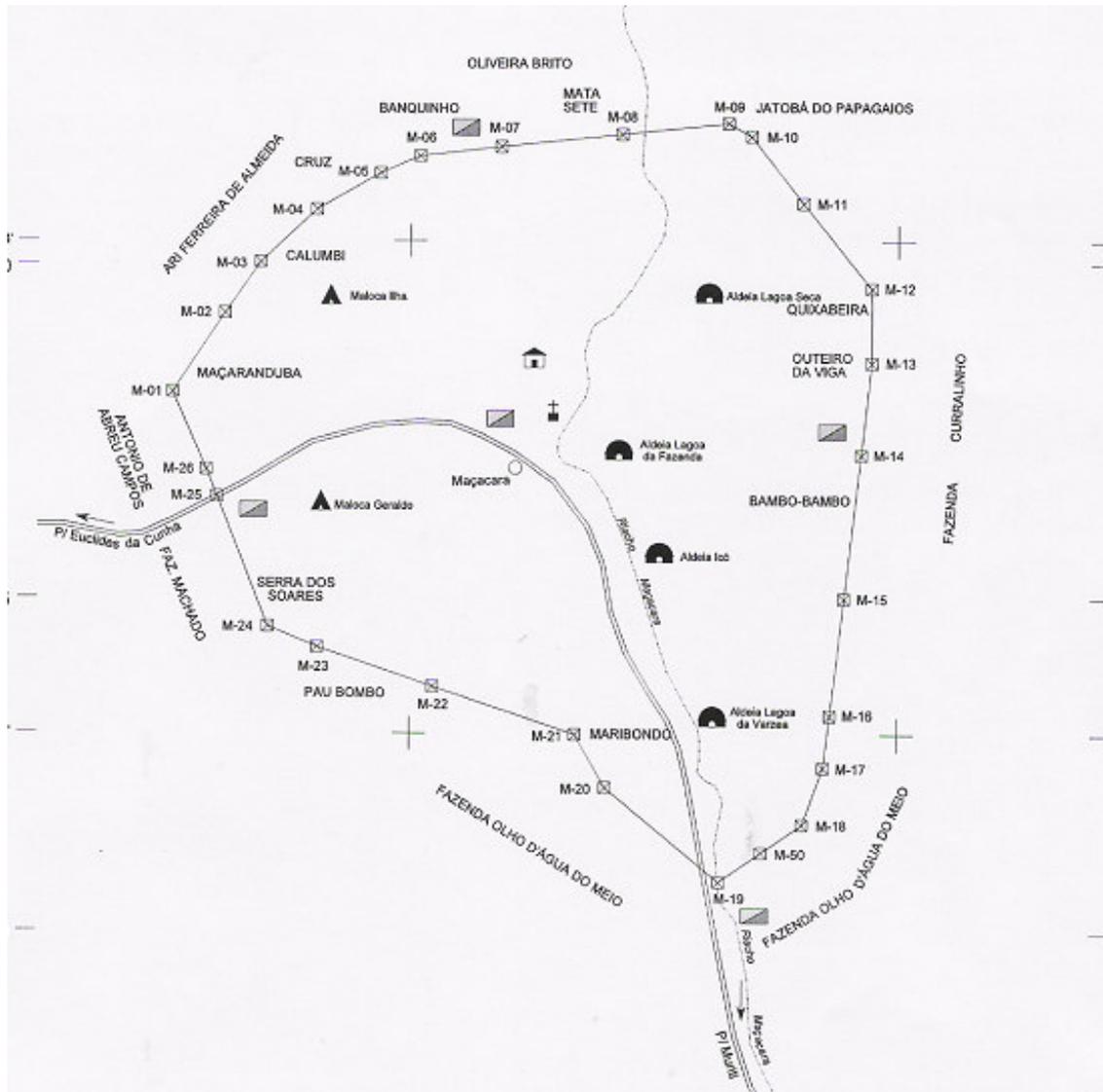
A variação climática, das estações do ano, a quantidade e distribuição da água no território, bem como a degradação ambiental resultante do processo de devastação ocasionado, sobretudo, pela exploração agropastoril pelos não-índios até a retomada do território, também interfere na situação atual da biodiversidade. Durante a pesquisa de campo, vários depoimentos dos mais velhos trazem valiosas informações relacionadas com estes aspectos. Nos primeiros momentos da pesquisa, quando se centrou nas questões socioambientais, tratando especificamente das variações climáticas, o Sr. Martin, conselheiro da comunidade e um dos mais significativos conhecedores da Bacia do Itapicuru, desde a parte média até a foz na cidade do Conde, tratou da história, da situação de degradação do rio e dos afluentes, um deles o rio da Ilha. Seu Martin relatou ainda sobre as dificuldades vividas pelos Kaimbé nos períodos de secas: “Em 1932 passou dois anos sem chover e [os] Kaimbé passaram dificuldade com água e alimentos. Em 1939 novamente aconteceu uma estiada, ocasionando uma seca tanto nesse território como em todo nordeste, causando igualmente fome e sede”. Na década de 70, a seca que atingiu vários estados nordestinos chegou à Bahia e no território Kaimbé, causando conseqüências tanto no acesso à água quanto à produção agrícola.

## A RETOMADA DO TERRITÓRIO: UM PROCESSO DE CONQUISTA

A conquista de direitos no plano legal, na Constituição brasileira de 1988, foi sendo efetivada e contribuiu para acelerar os processos demarcatórios de territórios indígenas como o dos Kaimbé, demarcado e homologado através do Decreto N.º 395 de 24 de dezembro de 1991, com extensão: 8.020 ha.

---

<sup>4</sup>Os dados demográficos para cada povo indígena no Brasil são, na maioria das vezes, estimados pela FUNAI e por outras instituições; já que não existe um censo populacional do IBGE. Como não se tem um registro unificado, ocorrem contradições nos dados existentes.



Fonte: FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Colonizados pelo processo de expansão da atividade pastoril entre o século XVI e XVII comandada pela Casa da Torre, os Kaimbé foram aldeados através de catequeses por ordem religiosa, a partir da Missão da Santíssima Trindade, provavelmente em 1639. No final do séc. XVII esta Missão foi atingida por uma frente de expansão pastoril patrocinada pela Casa da Torre, que culminou na destruição da Igreja. A situação se agravou após a reforma pombalina e a conseqüente retirada das missões Jesuíticas do Brasil, na segunda metade do século XVIII. No final do século XIX, a aldeia Kaimbé, como várias outras aldeias, foi considerada extinta pelo governador da província da Bahia sob o argumento de que ali não existia mais um número suficiente de índios que justificasse o aldeamento. Naquele período tratava-se de uma política do governo provincial que visava liquidar com as poucas garantias que ainda restavam aos índios de manutenção dos seus territórios (Souza, 1996. p.52).

A partir da década de 40 iniciam-se as primeiras tentativas de reconhecimento oficial junto ao antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, em 1957, Massacará foi dotada de um encarregado exclusivo e de uma sede para o sub-posto do SPI. Neste período, “o escrivão da comarca de Itapicuru faz, a pedido do capitão dos índios de Massacará, uma declaração da concessão de terras para a Missão da Santíssima Trindade, pelo Alvará Régio de 1700”.(SOUZA, 1996. p.53 e 68). Este Alvará concedia uma légua em quadra - octógono regular

de 6.600m em direção aos pontos cardinais, totalizando 12.300 ha, para cada grupo com mais de cem famílias.

Isto não se realizou, e os conflitos fundiários, especialmente com o avanço do capital agrário sobre o campo, foram se a intensificando. Diante da situação vivida, os Kaimbé, de forma mais intensa entre 1970 e 1980, foram construindo um processo de mobilização, no qual não estavam sozinhos, pois, processos semelhantes vinham se dando junto a outros povos indígenas na Bahia e no Brasil, voltados para a luta pela terra e culminando em um movimento por reivindicação de direitos coletivos de forma ampla.

Entre 1970 e 1980, ainda quando eram apenas denominados de caboclos, durante o processo de luta pela terra passaram a se afirmar como índios Kaimbé. Desde então, como um grupo etnicamente diferenciado, embora “fenotipicamente muito assemelhados a população regional”, passaram a interagir e se organizar socialmente, ganhando visibilidade na medida em que, na luta pela terra, alcançavam a retomada do seu território. Este processo vivenciado, nas quatro últimas décadas, de reivindicações e conquista territorial, é embasado conforme observa Souza (1996), em uma dinâmica identitária a partir de luta política e simbólica, onde as questões étnicas se contrastam com a sociedade nacional.

Desta forma, a formação política do grupo foi se consolidando através da memória histórica e luta pela terra como elemento articulador do grupo e possibilitador de práticas comuns. Na luta pela terra tinha na expressão “ser índio é estar junto na luta” peça fundamental para fortalecimento da própria mobilização em defesa do território.

Porém, enquanto se arrastava o processo demarcatório na justiça, as terras do rio Ilha, principal corpo de água do território, área imprescindível à subsistência dos Kaimbé, continuou por algum tempo como a área de acirrada disputa. De acordo com a história oral Kaimbé, a parte da Ilha sempre foi a área mais cobiçada pelos brancos. Eles contam que,

quando o primeiro branco chegou no território, o Garcia D’Ávila, viu aquela terra boa, aquela água nativa, aquela nascente e pediu ao índio que trocasse, que vendesse a ele em troca de cabeças de gado[...]. Então foi feito um acordo entre o índio e o branco, que prometeu dar 7 cabeças de gado pela nascente. Porém, dias depois ele matou o boi e mandou a cabeça pra o índio, [...] ficou com a carne e mandou a cabeça até completar as 7 cabeças. [...] Daí os capangas do fazendeiro expulsou os antepassados dos índios que foram para o tabuleiro, e começou a perseguição. Os índios foram obrigados a deixar de falar o idioma e também de dançar o Toré, pois eram ameaçados de morte pelo fazendeiro. Mais tarde, vendo aquelas terras férteis, água nativa, os índios reconheceram que eram donos e então voltaram lá e fizeram uma rocinha ao lado do rio e começaram a plantar abóbora, batata, aipim, milho, feijão de corda, cana, bananeira e outras coisas[...]. Então foi um trabalho muito bom, [...]. Ficamos 6 anos dentro no brejo, num tempo em que tinham barriga cheia, mas quando nos tava no melhor do gosto foi quando aconteceu de no dia 14 de Janeiro de 1986 chegar [grileiro] e pistoleiros, devastou a nossa lavoura e mais 9 casas, onde moravam e uma casa de farinha que havia sido feita pela FUNAI. Eles destruíram tudo, [...] em 87 a FUNAI entrou com ação na justiça em Salvador pedindo a posse da terra da Ilha aos índios e o pagamento de perdas e danos causados ao povo. (Cacique Juvenal em Maio de 2005).

Para os Kaimbé “a Ilha é como o coração da aldeia, é lá que tem aquela nascente, tem aquela água jorrando. Assim como o ser humano não pode viver sem o seu coração, nós aqui de Massacará, não podemos viver sem a Ilha, sem aquela terra da Ilha pra nós desfrutar dela. E aí nós começamos a se unir”. As porções mais férteis de seu território estão localizadas nas margens do Rio da Ilha, do Ribeirão Massacará, e Baixa do Icó.

Na Bahia, territórios indígenas, historicamente degradados pela ação dos não-índios, passaram, após a demarcação e homologação, a serem ocupados efetivamente por cada povo

indígena. O Território é compreendido como a terra ocupada por um povo indígena, ao longo da história, onde estão presentes suas referências culturais, suas simbologias e enterrados seus mortos, bem como a biodiversidade, seus recursos naturais e população humana que nele vive. (CORTES, 2001).

A nova reconfiguração sócio-espacial, após o processo demarcatório, altera significativamente o poder de intervenção destes povos, que passam desde então a redimensionar as demandas acerca de projetos que visem a melhoria de sua qualidade de vida. Vários projetos pontuais foram desenvolvidos, porém, muitas vezes, sem considerar os padrões de sustentabilidade hídrica compatíveis com a quantidade e qualidade da água e a maneira de estar no mundo de cada grupo. Nesta perspectiva a presente investigação destaca-se pela singularidade.

## A ÁGUA PARA OS KAIMBÉ

Ao tratar da bacia do Rio Itapicuru com os Kaimbé, foi se tornando possível debater sobre a água e as relações socioambientais e culturais dentro de um território específico, a partir de uma visão histórica. Neste processo, gerado a partir das diversas experiências e atuação a partir de um plano de trabalho, foi detalhado um roteiro que incluía a viagem de campo e a participação da comunidade e o interesse em discutir sobre a história do uso e conservação da água pelos Kaimbé, antes e após a retomada de seu território e como este uso vem se dando nos dias atuais. O estudo também tem contribuído com a educação escolar diferenciada e intercultural dos Kaimbé, onde a água é abordada não apenas a partir de sua composição física (H<sub>2</sub>O), mas como elemento simbólico e motivador de processos participantes de pesquisa e ação formativa e comunitária voltada para sustentabilidade, compreendida de forma ampla.

Os Kaimbé constroem seus conhecimentos ligados ao meio ambiente e à água, a partir das diversas experiências históricas, e, em especial, através da memória das gerações. Nas mais variadas culturas a água se apresenta como objeto de profundas reflexões, simbologias e representações; isso ocorre no momento em que o homem sente a necessidade de dotar ao mundo sentido e significado. Assim, no decorrer da história, os diferentes grupos sociais apropriaram-se, cada um a sua maneira e de acordo com seus propósitos, dos cursos d'água e dos demais recursos ambientais. Essa apropriação se orienta por motivações culturais e socioeconômicas, ao elaborar seus próprios significados relativos à água, aos rios, lagos ..., associados à história das formas de "luta pela afirmação de seus interesses e identidades grupais." (QUEIROZ, 2002 p.684). Nos diálogos com os Kaimbé, várias narrativas se orientam neste sentido:

Tinha muita água e agora não vem mais. [Os Brancos] fizeram uma roça do lado da nascente e desmataram muitos pés de árvore grande, eles desmataram e depois disso aí foi que nas trovoadas a areia vai descendo lá pra dentro do rio e aterrou. Então quando a gente [índios Kaimbé] retornou pra essa posse de terra a gente não deixou mais fazer roça lá. (Relatório de Campo de Maio de 2005, pp. 23-24).

Durante as entrevistas coletivas, discutíamos sobre a situação dos lagos e rios perenes e temporários. No mês de Julho de 2005, quando Paulo, um dos líderes e colaboradores da pesquisa, caminhava com a equipe, durante o processo de georeferenciamento dos corpos de água na localidade da Ilha, salientou: "agora no inverno tem muita água, mas no verão ela passa bem pouquinha, tão pouca que se perde no longo do areal que tem aqui perto da nascente. Perto do brejo onde desce para lagoa da ilha a água vai se acabando". Em vários momentos, as questões de assoreamento, provocado pela devastação das matas ciliares, sempre foram as mais acentuadas; "O olho d'água da Várzea já está aterrado hoje, mas na hora que a gente quiser é só cavar, limpar lá a areia e ele mina normalmente". Estas questões foram abordadas, de forma

enfática, durante a entrevista coletiva com os membros do Conselho de Saúde. Naquele momento, o grupo não somente discutiu sobre a importância da manutenção, mas também da necessidade de ações de recuperação da vegetação nas margens de rios e lagos. Todavia, durante a aplicação domiciliar dos questionários, em conversas informais, constatamos em alguns depoimentos de membros de diversas famílias a não ligação da situação do assoreamento com a devastação das matas ciliares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se importante ressaltar que as análises apresentadas no percurso desta pesquisa são resultantes do início de interpretações dialógicas em uma investigação marcada pelo final das intervenções de campo e, neste processo, observou-se que após a demarcação e ocupação definitiva do território, os Kaimbé passaram a reconstruir a sua história, de forma autônoma, orientada pelos princípios da autodeterminação, da afirmação étnica, considerando a biodiversidade e a água como bens simbólicos e recursos imprescindíveis para a sustentabilidade socioeconômica, ambiental e cultural. Estas interpretações vêm se dando em um processo de pesquisa construído e apresentado, sistematicamente em parceria com o povo Kaimbé, a equipe de professores e estudantes da UCSal. Vem sendo elaborado ainda o diagnóstico da situação socioambiental, bem como análises identificando as formas de participação, saberes e práticas construídas na relação presente/passado na comunidade. Estes elementos são considerados importantes para o planejamento e controle social de políticas públicas voltadas para o uso e conservação dos recursos hídricos no território Kaimbé. Nesta perspectiva, os significados e as múltiplas histórias vêm sendo registrados, retornando inclusive para escola, sendo socializados com os estudantes, professores e suas famílias, com as associações locais e órgãos governamentais que atuam no território Kaimbé.

## REFERÊNCIAS

CORTES, Clelia Néri. **Educação diferenciada e formação de professores/ as indígenas: diálogos intra e interculturais**. 2001, Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CÔRTEZ, Clelia Neri; QUEIROZ, Carine Monteiro. **Relatório de Campo, pesquisa UCSal e UFBA e EMBRAPA, BA, Dezembro de 2004**. (Documento digitado).

CÔRTEZ, Clelia N, Guimarães, Elias Lins e Tarqui, Jorge Z. **Família e políticas públicas de uso e conservação da água: diálogos em uma pesquisa interinstitucional** IN: Petrini, João Carlos; Calvacante, Vanessa. Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva interdisciplinar. Petrópolis, Edit. Vozes, 2005.

CÔRTEZ, Clelia Neri; NASCIMENTO, Elba Brito do. **Relatório de campo, pesquisa UCSal e UFBA e EMBRAPA, BA, de Julho de 2005**. (Documento digitado).

CÔRTEZ, Clelia Neri. QUEIROZ, Carine Monteiro; NASCIMENTO, Elba Brito do. **Relatório de Campo, pesquisa UCSal e UFBA e EMBRAPA, BA, Maio de 2005**. (Documento digitado).

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caminhos que Andam: os Rios e a Cultura Brasileira**. Pp. 669 – 686 In: *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*, (orgs.) Aldo da Cunha Rebouças, Benedito Braga, José Galizia Tundisi. 2º ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

PETI / Museu Nacional. **Atlas das Terras Indígenas do Nordeste**. Rio de Janeiro, 1993.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). **Informações Básicas dos Municípios Baianos: Região Nordeste** – Salvador, 1994.

SOUZA, J. B. S. **Fazendo a diferença – um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará**. Dissertação (Mestado) – FFCH/UFBA, Salvador UFBA, 1996.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Estudo para o Planejamento Integrado do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itapicuru-BA**. Salvador: Centro de Pesquisa e Extensão-CEPEX, 2001.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Projeto Família, Organizações Socioculturais e Políticas Públicas: saberes e práticas no uso e conservação da água**. Salvador: Mestrado em Ciências da Família, 2003.